

QUANDO
EU VIM-ME
EMBORA

Marco Antonio Villa

QUANDO
EU VIM-ME
EMBORA

História da migração nordestina para São Paulo

leYa

Copyright © 2017 by Marco Antonio Villa
© 2017 Casa da Palavra/LeYa

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem a expressa anuência da editora.

Preparação

Rayana Faria

Revisão

Eduardo Carneiro

Diagramação

Futura

Design de capa

Sergio Campante

Foto de capa

Museu da Imigração do Estado de São Paulo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Villa, Marco Antonio

Quando eu vim-me embora : história da migração nordestina para São Paulo / Marco Antonio Villa. – Rio de Janeiro : LeYa, 2017.
224 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-441-0514-6

1. Migração interna – Brasil, Nordeste. 2. Brasil, Nordeste – População. 3. Migração interna – Brasil, Nordeste – São Paulo.
I. Título.

17-0345

CDD 304.809811

Índices para catálogo sistemático:

1. Migração interna - Brasil, Nordeste

Todos os direitos reservados à
EDITORA CASA DA PALAVRA
Avenida Calógeras, 6 | sala 701
20003-070 – Rio de Janeiro – RJ
www.leya.com.br

SUMÁRIO

Apresentação	7
<i>Capítulo 1:</i> Vou deixar a minha terra	11
<i>Capítulo 2:</i> As levas nativas	37
<i>Capítulo 3:</i> Chamam eles de morrendo-andando	69
<i>Capítulo 4:</i> Os operários adventícios	95
<i>Capítulo 5:</i> Me alembro como se fosse hoje	135
<i>Capítulo 6:</i> Não sou de encostá corpo, não	171
<i>Considerações finais:</i> A vida aqui é fogo, mas se ganha dinheiro	205
Referências bibliográficas	209

APRESENTAÇÃO

“A carta roubada”, célebre conto do escritor americano Edgar Allan Poe, tem como tema principal o desaparecimento de uma carta. Na história, muitos estão à procura da correspondência, que vinha sendo utilizada como instrumento de coação e chantagem. Apesar de todos os esforços, ninguém a encontra. O apartamento do chantagista é revirado. Porém a carta não é achada. Diversamente do que se imaginava, ela estava colocada displicentemente num porta-cartas, em cima de uma mesa, à vista de todos. De tão visível, estava oculta.

A migração nordestina para São Paulo é uma espécie de “carta roubada”. Está à vista de qualquer um. É difícil encontrar algum espaço urbano na capital paulista onde direta ou indiretamente não haja uma referência à presença nordestina. Contudo, ainda são poucos os estudos sobre a importância desta migração para São Paulo, diferentemente do que ocorre com a imigração europeia ou asiática.

A lembrança da migração nordestina parece ainda incomodar. Seus participantes ainda são vistos como intrusos, sem direito a memória nem história. Não são lembrados nas novelas da televisão ou em monumentos. Suas festas não fazem parte do roteiro turístico tradicional da cidade. Nem têm direito, sequer, a serem corretamente vinculados a seus estados de origem. Pelo contrário, são chamados

genericamente de “baianos”, tenham eles vindo do Rio Grande do Norte ou de Sergipe.

Se hoje a hostilidade contra os “baianos” é quase nula, durante décadas ela esteve presente no cotidiano urbano, nas denominações depreciativas, nos xingamentos, nas piadas. “Baianada” foi sinônimo de burrice, assim como a expressão “parece baiano”, que possuía um amplo significado, sempre depreciativo, indo desde a forma de se vestir, passando pela de se comportar, de agir.

Não foi nada fácil escrever este livro. Como “A carta roubada” de Poe, apesar de tão visível, não há base documental suficiente para o trabalho do historiador. Não foi necessário queimar os arquivos, tal qual a determinação do célebre decreto assinado por Rui Barbosa, ordenando a destruição dos documentos sobre a escravidão. Evidente que há registros, porém em número insuficiente frente a um dos maiores deslocamentos populacionais ocorrido no mundo ocidental no pós-Segunda Guerra Mundial até 1970, sem que o Estado fosse o elemento indutor do processo.

A migração nordestina se espalhou pelo estado de São Paulo. Inicialmente, a ampla maioria destinou-se às fazendas de café ou algodão. Posteriormente dirigiram-se para a região metropolitana de São Paulo, especialmente a capital e o ABC (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul). Este livro faz algumas menções à região do ABC, contudo o foco da pesquisa está concentrado na cidade de São Paulo.

Em grande parte do livro, a voz não é do narrador, mas dos migrantes. São eles que relatam a viagem no pau de arara, a chegada a São Paulo, a dificuldade de adaptação, os empregos, a melhoria de vida, a educação dos filhos, a construção da tão almejada casa própria e o sentimento de solidariedade. É uma

história, na maioria das vezes, de vitoriosos, que enfrentaram dificuldades, mas não esmoreceram.

Muitos ascenderam socialmente, participaram da vida empresarial, cultural e sindical, e alguns fizeram carreira política. O êxito obtido foi produto de uma decisão individual, difícil de ser tomada: tiveram de partir, abandonar a terra natal. Não foram para outro país, porém é como se tivessem ido. São Paulo era outro mundo, com outra organização espacial, de trabalho, outras formas de sociabilidade, de lutas sociais e até mesmo outra maneira de falar o português. O universo tão presente das festas sertanejas inexistia. E enfrentando todas essas adversidades, dezenas e dezenas de milhares de nordestinos chegaram a São Paulo.

Analisando, igualmente, o processo de expulsão do sertanejo da sua localidade de origem, do seu mundo. Procurei apresentar como a elite nordestina tudo fez para se livrar do excedente de força de trabalho visto como elemento perturbador da ordem estabelecida, da ordem coronelística. A permanência da miséria – como se a roda da história não tivesse movimento e o presente fosse um eterno passado – paradoxalmente levou os sertanejos à mudança, à ruptura dos seculares laços de dominação, num processo individual de migração para o sul em escala nunca vista na história do Brasil.

Se o foco principal é o migrante nordestino, o livro não deixa de lado a repercussão da grande migração no debate parlamentar e nas ações dos governos estaduais da região nordestina e do governo federal, especialmente entre os anos 1930-1980. E a cidade de São Paulo – com todas as suas contradições sociais e políticas – também é parte ativa desta história.

CAPÍTULO 1

VOU DEIXAR A MINHA TERRA

A migração nordestina para São Paulo tem uma longa história. Desde o último quartel do século XIX, especialmente após a grande seca de 1877-1879, quando morreram 600 mil nordestinos, cerca de 4% da população brasileira da época, há notícias de migrantes em São Paulo. Da região, entre 1879 e 1890, emigraram “mais de 350 mil pessoas maiores de dez anos, fato que só se repetiria com tal intensidade na década de 1950-1960”.¹

Como grande parte dos migrantes nordestinos era cearense, o governo provincial acabou financiando a viagem dos sertanejos. Foi criada na capital paulista até uma Hospedaria de Imigrantes e Retirantes Cearenses, de onde posteriormente eram encaminhados para fazendas no Vale do Paraíba ou do Oeste Paulista.² Na imprensa cearense foram publicados diversos artigos defendendo que “o sul é pois hoje a nossa tábua de salvação. Em nome, pois, dos 800 mil infelizes condenados à morte, pedimos

1 Sylvania Porto Alegre, “Fome de braços: Questão nacional”, em *Cadernos Ceru*, n. 2, p. 68, 1986.

2 Ver Denise Aparecida Soares de Moura, “Andantes de novos rumos”, em *Revista Brasileira de História*, vol. 17, n. 34, 1997. O “Oeste Paulista” era a denominação dada à época à região de Campinas, Piracicaba, Rio Claro.

ao governo imperial que estabeleça a corrente de emigração, em todos os vapores”.³

Nesse período, os migrantes passavam pela capital paulista e se dirigiam para o interior. São Paulo, em 1886, já era a maior cidade da província (com 47 mil habitantes), porém Campinas (com 41 mil habitantes) era o principal polo econômico e somente não se transformou em capital estadual devido aos sucessivos surtos de febre amarela ocorridos ali. O clima de São Paulo acabou pesando a favor de mantê-la como capital, pois economicamente a cidade nem sequer era o ponto de partida ou de chegada das principais ferrovias.⁴

O registro do número de “trabalhadores nacionais” – como eram denominados os migrantes – era muito falho, diferentemente do que ocorria com os estrangeiros. Isso pode explicar por que entre 1820 e 1900 existe somente a anotação da entrada de 965 migrantes contra 973.212 estrangeiros, para o mesmo período.⁵ Tudo indica que no início do século XX as estatísticas começaram a incorporar os migrantes, em parte porque seu número efetivamente passou a ser importante no mercado de trabalho paulista.

Na passagem do século XIX para o XX e nas duas primeiras décadas deste último, era evidente o predomínio incontestado da força de trabalho estrangeira, especialmente a italiana, que chegou a ocupar três quartos do mercado de trabalho nas indústrias. São Paulo era uma cidade europeia, ao menos na configuração da sua população. Na capital, de acordo com Antonio Picarollo – imigrante

3 *O Retirante*, n. 20, 7 de novembro de 1877.

4 Ver Pierre Monbeig, “O crescimento da cidade de São Paulo”, em Tamás Szmrecsányi (org.), *História econômica de São Paulo* (São Paulo, Globo, 2004), pp. 44-46.

5 Ver Rosa Ester Rossini, “Estado de São Paulo: A intensidade das migrações e o êxodo rural/urbano”, em *Ciência e Cultura*, vol. 29, n. 7, p. 783, julho de 1977.

italiano, professor e militante político –, tinha-se a “impressão de estar na Itália, na Itália de além-mar para onde, juntamente com a língua, são transportados os costumes, as tradições domésticas, as festas populares, tudo, enfim, o que nos pode lembrar de coração a nossa terra de origem”.⁶

Entre 1890 e 1920, a população do Brasil cresceu pouco mais de 100%, porém o número de imigrantes teve um salto de mais de 300%. No estado de São Paulo a população quase triplicou no mesmo período, enquanto a de imigrantes aumentou 1.000% – mais da metade dos estrangeiros que viviam no país estava sediada no estado. E na capital estadual estavam concentrados 70% deles. Havia uma variação em sua origem. Entre 1890 e 1910, o domínio dos italianos era incontestável; já nos 1910 foram superados pelos espanhóis e portugueses. Em parte, a diminuição do número de italianos deveu-se à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e à consequente mobilização militar na Itália.⁷

Das capitais brasileiras, São Paulo foi a única que na época moderna teve mais estrangeiros do que brasileiros. Em 1886, os brasileiros representavam 74% da população; em 1893, esse número tinha caído sensivelmente. Eram 44%, ou seja, os estrangeiros já representavam a maioria dos habitantes da cidade. Sua população havia triplicado graças à imigração. E branqueado: em 1872, os brancos totalizavam 55%; em 1886, já eram 77%; quatro anos depois, chegaram a 81%; e, em 1893, representavam 87% dos habitantes.⁸

6 Citado por Lúcio Kowarick, *Trabalho e vadiagem* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994), p. 93.

7 A Itália entrou na Primeira Guerra Mundial em 1915.

8 Ver Carlos José Ferreira dos Santos, *Nem tudo era italiano* (São Paulo, Annablume/Fapesp, 2003), pp. 35 e 39.

Até nos espaços urbanos de sociabilidade a presença de negros, mulatos e caboclos foi desaparecendo. No lugar das congadas e dos batuques foram surgindo salões de bailes, teatros e, no início do século XX, cinemas.

Nesse momento, o deslocamento de mão de obra nacional para São Paulo foi de pouca importância. Por um lado porque não havia meios de transporte que permitissem um fluxo significativo de trabalhadores do Nordeste para o Sudeste; além disso, era o momento do auge da extração do látex na Amazônia, realizada, em grande parte, por nordestinos, em particular pelos cearenses, obrigados a migrar para a região desde a grande seca dos “três setes” (1877-1879). Outro fator limitador foi a construção ideológica, produzida desde a crise do trabalho escravo, de que o trabalhador nacional era indolente, pouco afeito às dificuldades do trabalho agrícola e sem aptidão para o mundo fabril: “Existia um forte preconceito contra a mão de obra nacional, indisciplinada, ociosa e violenta. Provavelmente era um preconceito com raízes claras na realidade. Ambas, imagem e realidade, surgiam da identificação do trabalho disciplinado com o trabalho forçado (escravo) e da tradição e possibilidade de uma economia de subsistência com terras livres.”⁹

À indolência – acentuada até pela literatura – era acrescido o gosto pela bebida, pelas festas, o absentismo, a violência, a indisciplina. Um, entre tantos outros exemplos, é o do personagem Jerônimo, do romance *O cortiço*, de Aluísio Azevedo. Era um português que tinha chegado ao Brasil, casado e com uma filha. Morava no cortiço de João Romão e trabalhava na pedreira, próxima à sua moradia:

9 Jorge Balán, “Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: Ensaio de interpretação histórico-comparativa”, em *Estudos Cebrap* 5, p. 19, julho-setembro de 1973.

“Acordava todos os dias às quatro horas da manhã, fazia antes dos outros a sua lavagem à bica do pátio (...). A sua picareta era para os companheiros o toque de reunir. Aquela ferramenta movida por um pulso de Hércules valia bem os clarins de um regimento tocando alvorada. (...) E quando o sol desfechava sobre o píncaro da rocha seus primeiros raios, já encontrava de pé, a bater-se contra o gigante de granito, aquele mísero grupo de obscuros batalhadores. Jerônimo só voltava à casa ao descair da tarde, morto de fome e de fadiga.” O português era o símbolo do bom trabalhador, representando para seus colegas um exemplo a ser seguido. Era o imigrante a caminho da ascensão social graças ao trabalho, à poupança e à perseverança.

Porém, Jerônimo conheceu Rita Baiana, “volúvel como toda mestiça”, e tudo mudou: “Uma transformação, lenta e profunda, operava-se nele, dia a dia, hora a hora, reviscerando-lhe o corpo e alando-lhe os sentidos, num trabalho misterioso e surdo de crisálida. A sua energia afrouxava lentamente: fazia-se contemplativo e amoroso. A sua vida americana e a natureza do Brasil patenteavam-lhe agora aspectos imprevistos e sedutores que o comoviam; esquecia-se dos seus primitivos sonhos de ambição; para idealizar felicidades novas, picantes e violentas; tornava-se liberal; imprevidente e franco, mais amigo de gastar que de guardar; adquiria desejos, tomava gosto aos prazeres; e volvia-se preguiçoso resignando-se, vencido, às imposições do sol e do calor, muralha de fogo com que o espírito eternamente revoltado do último tamoio entrincheirou a pátria contra os conquistadores aventureiros. E assim, pouco a pouco, se foram reformando todos os seus hábitos singelos de aldeão português: e Jerônimo abrasileirou-se.”¹⁰

10 Aluísio Azevedo, *O cortiço* (São Paulo, Ática, 1975), pp. 43, 49 e 67. A primeira edição é de 1888, e a ação se passa no Rio de Janeiro.

Aos “trabalhadores nacionais”, aqueles que chegaram à capital paulista, eram reservados trabalhos com salários mais baixos, geralmente no setor terciário e sem qualquer qualificação profissional: “A preferência pelos trabalhadores estrangeiros estava associada a uma rejeição em relação aos modos de viver da parcela nacional pobre, descritos como inadequados a uma cidade que procurava se desenvolver seguindo os moldes europeus de comportamento.”¹¹

A seca de 1915, fartamente noticiada na imprensa paulista,¹² acabou permitindo, pela primeira vez na história do estado, uma tentativa de deslocamento em larga escala de força de trabalho nordestina, sobretudo do Ceará, para o interior de São Paulo, especialmente para as fazendas de café. Pelos jornais foi defendida a ideia da migração de cearenses sem que o estado pudesse ficar despovoado, pois, “dada a natalidade ali, pode-se dizer que em pouco tempo os claros serão preenchidos. Afinal, o Ceará é a China americana”.¹³ O próprio governador cearense solicitou do presidente da República facilidades para transportar flagelados para o Norte e para o Sul¹⁴ – e esta última região foi a novidade, tendo em vista que a migração para a Amazônia ocorria, de forma acentuada, há meio século.

Se até 1919 a entrada de migrantes nacionais no sul do país nem sequer tinha ultrapassado 5 mil pessoas por ano, a partir de 1923 o fluxo acabou se intensificando, enquanto a entrada de estrangeiros

11 Carlos José Ferreira dos Santos, *op. cit.*, p. 43.

12 O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou durante vários meses de 1915 uma coluna diária com o título “São Paulo e a seca”. No dia 10 de agosto, por exemplo, há uma longa carta do bispo do Ceará, dom Manuel Gomes, relatando a situação no estado, região por região.

13 A entrevista é de Nilo Vasconcelos, do diretório carioca pró-flagelados. Ver *O Estado de S. Paulo*, 5 de agosto de 1915.

14 Ver *O Estado de S. Paulo*, 21 de julho de 1915.

diminuía percentualmente. Em 1928, pela primeira vez, o número de trabalhadores nacionais superou o de estrangeiros: do total de 96.278, 55.431 eram brasileiros.¹⁵ Logo começaram a surgir notícias de superexploração dos nordestinos, como a publicada no jornal *O Combate*, de que “retirantes cearenses”, na Fazenda Santa Gertrudes, em Rio Claro, propriedade do conde de Prates, estariam sendo “maltratados e explorados, até que, cansados de tanto sofrer, procuraram o administrador e pediram suas contas, não sendo porém atendidos. Os maus-tratos continuavam, e os desditosos cearenses não podendo mais suportar o regime implantado pelo administrador da fazenda, algumas famílias – em número de seis – fugiram, indo para Rio Claro. Nessa cidade, andaram os infelizes pelas ruas acompanhados de policiais juntamente com o administrador que levava um ‘rabo de tatu’, fazendo lembrar os tempos bárbaros de escravidão”.¹⁶

Dois anos depois, o Congresso Nacional foi palco de acaloradas discussões sobre a questão da imigração. Ainda não havia um apoio oficial explícito à migração dos “nacionais” (nordestinos e mineiros) para o sul. Surgiu uma proposta de imigração de negros norte-americanos para o Brasil, que logo contou com a enfática oposição dos deputados Cincinato Braga e Andrade Bezerra – que apresentaram um projeto na Câmara dos Deputados proibindo – e dos articulistas dos jornais cariocas. Segundo *O País*, “os nossos bons pretos ver-se-iam logo suplantados e humilhados pelos outros, e irromperia dentro em pouco a mesma hostilidade rancorosa e

15 Secretaria de Promoção Social, *Movimento migratório no estado de São Paulo* (São Paulo, 1974), pp. 12-14.

16 A citação do jornal *O Combate* é de 11 de maio de 1920, *apud* Alba Maria Figueiredo Morandini, *O trabalhador migrante nacional em São Paulo (1920-1923)* (São Paulo, PUC, 1978), p. 131.

recíproca que separa na União Americana as populações das duas cores”. E que deveria ser mantida “severa vigilância na defesa desse patriotismo moral que é o caldeamento natural do sangue num tipo de evolução étnica do preto e do vermelho para o branco, que é o ideal, digam lá o que disserem”. Já para o *Correio da Manhã*, “virá criar tal preconceito no país. Poderá despertar sentimentos que não temos”. *O Jornal* foi mais direto: “O Brasil não pode se transformar em um refúgio de elementos étnicos inferiores”, secundado por *O Dia*: “Ser-nos-ia um fator de degeneração a mais”, e também por *O Imparcial*, no qual José Maria Bello escreveu que a chegada dos negros americanos “viria perturbar toda esta obra lenta e pacífica de depuração étnica”.¹⁷

Não se sabe quantos dos migrantes nordestinos acabaram se dirigindo para a capital paulista ou se permaneceram no interior do estado. Estima-se que uma parte tenha se dirigido a São Paulo após ter passado alguns anos no interior. Mesmo entre os chegados do “norte” entre 1920-1923, por exemplo, há sempre uma diferença de 15 a 20% entre o número de chegados e aqueles encaminhados à hospedaria, estes últimos normalmente destinados às fazendas no interior do estado. Ou seja, uma parcela desses migrantes ficava, ao menos inicialmente, na capital.¹⁸ Como destaca José de Souza Martins, para os migrantes a “cidade de São Paulo aparecia para eles no fim de uma escala sucessiva de opções temporárias, experimentais, de deslocamento e busca. Esses são os extremos das migrações para a capital, que se desenham quando a cidade deixa de ser o alternativo

17 Os artigos citados estão transcritos em *O Estado de S. Paulo*, 3, 4 e 8 de agosto de 1921.

18 Essa possibilidade é sugerida por Alba Maria Figueiredo Morandini, *op. cit.*, p. 122.

para se tornar o inevitável. É por meio deles que se pode compreender o mundo de significados, de ganhos e perdas, de invenções e supressões, que fazem de São Paulo um desembocar de Brasil”.¹⁹

*

As reflexões contrárias à imigração indiscriminada, especialmente de Alberto Torres e de Manoel Bomfim, influenciaram os constituintes de 1933-1934. Para Torres, era necessário controlar os núcleos coloniais, onde, segundo ele, se perpetuavam línguas e costumes alheios aos do Brasil, e onde governos estrangeiros começavam a exercer uma espécie de fiscalização política: “Insistimos na política de colonização, apesar da prova evidente de seus desastrosos resultados.” Já Bomfim insistia que “dado o nível médio-mental, social e político das populações, não é possível a grossa e intensa injeção de imigrantes, sem que o desenvolvimento natural se desequilibre profundamente, sem que a vida geral da Nação se perturbe, e que todo o caráter nacional se ressinta”.²⁰ A crítica à imigração – no caso, a japonesa – era extensiva à literatura modernista: “O imperialismo japonês disciplinava a alma dos amarelos pequenos, retacos, dissimulados.”²¹

19 José de Souza Martins, “O migrante brasileiro na São Paulo estrangeira”, em Paula Porta (org.), *História da cidade de São Paulo*, vol. 3 (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2004), pp. 178-179.

20 Ver, respectivamente, Alcides Gentil, *As ideias de Alberto Torres* (São Paulo, Nacional, 1938), pp. 422-423; Alberto Torres, *O problema nacional brasileiro* (São Paulo, Nacional, 1978), p. 22; Manoel Bomfim, *O Brasil* (São Paulo, Nacional, 1935), p. 337.

21 Oswald de Andrade, *A revolução melancólica* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971), p. 15.

O que estava ocorrendo no Brasil não era um fenômeno isolado. Depois da Primeira Grande Guerra “propagou-se no mundo inteiro uma vaga de nacionalismo que, uns após os outros, atingiu todos os países. Dessas tendências nacionalistas provém a preocupação de não deixar formar em seu seio núcleos estrangeiros capazes de reivindicar a autonomia cultural ou política e de comprometer a unidade moral e política da nação”.²²

As grandes greves operárias que marcaram o primeiro quartel do século XX, com presença hegemônica de trabalhadores estrangeiros, serviram como sinais de alerta para os empresários sulistas. Vários decretos de expulsão foram promulgados contra os “estrangeiros indesejáveis”. Logo após a Revolução de 1930 manteve-se a política de proteção do trabalhador nacional, agora sob o manto nacionalista, e dessa forma foram limitadas as oportunidades de emprego aos operários estrangeiros.

O decreto 19.482, de 12 de dezembro de 1930, pouco mais de um mês após a posse de Getúlio Vargas na chefia do Governo Provisório, restringia a entrada no território nacional de passageiros estrangeiros de terceira classe. Entre as justificativas, além da intervenção do Estado “em favor dos trabalhadores”, estavam o desemprego e a mobilização política liderada pelos operários estrangeiros; “uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas frequentemente contribuem para o aumento da desordem econômica e da insegurança social”.²³

22 Max Sorre, “Os problemas geográficos atuais das migrações”, em *Boletim Geográfico*, n. 122, p. 273, setembro-outubro de 1951.

23 *Atos do Governo Provisório* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930), pp. 82-83.

Quase dois anos depois, a “lei dos dois terços”, de 1932, restringia as empresas a aceitarem, no máximo, um terço de mão de obra estrangeira.²⁴ No extremo, isso limitava o crescimento das indústrias e da própria agricultura, transformando a mão de obra nacional em elemento indispensável para o desenvolvimento dessas atividades. Como havia escassez de trabalhadores no Sudeste, abria-se como único caminho o deslocamento de outras regiões, onde havia abundância de força de trabalho. Seria do Nordeste e de Minas Gerais que se deslocariam centenas de milhares de trabalhadores para o Sudeste.

Retomava-se em escala nunca vista na história nordestina a emigração, já registrada na poesia popular:

Vou deixar a minha terra,
Vou para os matos d'além...
Que aqui não acho serviço
Para ganhar meu vintém!
Vou soluçando saudoso
Do Ceará, do meu bem! (...)

E é dever de quem precisa,
Por longe alcançar o pão,
Se o não tem dentro de casa,
Se o não tem no seu torrão...
Deus ajuda a quem procura
Cumprir sua obrigação.
Vou, pois, às outras paragens,
Como vai o passarinho

24 Ver Flávio Venâncio Luizetto, *Constituintes em face da imigração* (São Paulo, USP, 1975).

Buscar comer para os filhos,
Que choram dentro do ninho...
Como volta ele contente
Trazendo cheio o biquinho!

Assim, ó terra querida,
Em Deus espero voltar,
Para em teu seio mimoso
Das fadigas descansar,
Comendo o meu pão ganhado
Em tão longínquo lidar.

Que eu te amo tanto, ó pátria,
Como não posso dizer;
De teu sertão nas campinas
Nasci e espero morrer:
De ti me arrancaram somente
Hoje a pobreza e o dever...²⁵

Não é acidental, portanto, que durante os trabalhos da Assembleia Constituinte fosse duramente criticada a imigração de trabalhadores estrangeiros e, em contrapartida, valorizado o trabalhador nacional. Para um constituinte, o Brasil “tem uma raça tão forte (...) não pode trazer para o seu solo, prejudicando a sua vida social, a sua vida econômica, a sua vida política, e pondo a todos os instantes em perigo o sossego de seus filhos, uma espécie de gente que é, no dizer

25 Juvenal Galeno, *Lendas e canções populares* (Fortaleza, Casa de Juvenal Galeno, 1978), pp. 527 e 528. A poesia faz referência à migração dos cearenses para a Amazônia na segunda metade do século XIX.

dos colegas que estudaram profundamente o assunto, por demais perniciososa para os interesses nacionais”.²⁶

Um grupo de constituintes centrou suas críticas na imigração asiática (entenda-se, a japonesa) e de africanos, o que não se colocava no momento, mas funcionava como uma espécie de prevenção frente a alguma iniciativa neste sentido. Segundo o constituinte Miguel Couto, conceituado médico da época, deveria ser “proibida a imigração africana ou de origem africana, e só consentida a asiática, na proporção de 5%, anualmente, sobre a totalidade de imigrantes dessa procedência existentes em território nacional”.

Outros constituintes eram mais radicais, como Xavier Oliveira: “Para efeito de residência, é proibida a entrada no país de elementos das raças negra e amarela, de qualquer procedência.” E justificava: “De orientais pouco assimiláveis, bastam no Brasil os cinco milhões que somos, os nordestinos e planaltinos de Minas, Bahia, Mato Grosso e Goiás, sem falar nos autóctones da Amazônia, os quais, quatro séculos de civilização passaram indiferentes à sua inferioridade patenteada numa decadência incontestável, que marcha para uma extinção talvez não remota.”²⁷ Opinião que não era compartilhada pela maioria dos constituintes. Um deles, Gaspar Saldanha, afirmou que o colono nacional “em nada é inferior ao estrangeiro e, ao contrário, lhe é superior na inteligência e, até, nos rudimentos de cultura, porque é necessário dizer, posto pareça ser um absurdo, que o colono estrangeiro não tem as mesmas luzes que o colono nacional”.²⁸

26 *Anais da Assembleia Nacional Constituinte* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1935), vol. XIII, p. 260.

27 *Anais da Assembleia Nacional Constituinte* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1935), vol. IV, pp. 492, 493, 546 e 549.

28 *Anais da Assembleia Nacional Constituinte* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1935), vol. XVI, p. 403.

Se o discurso nacionalista impunha o trabalhador nacional – leia-se, nordestino – como a solução para a carência de força de trabalho nas regiões Sul e Sudeste em oposição ao imigrante, tanto pelo lado da soberania nacional como pela “adaptação aos valores nativos”, a elite nordestina não desejava manter o excedente de força de trabalho na região. Temia eventuais tensões: “O flagelado do século XX não tem a mesma mentalidade do flagelado dos séculos anteriores. Já na última seca registrou-se fato quase inédito; a invasão de retirantes nas cidades férteis, não para pedir esmolas, mas para tomar à viva força os alimentos de que precisavam para não morrer de fome. Demos aos flagelados o direito do trabalho se não quisermos que eles usem do direito do roubo.”²⁹

Assim como na grande seca de 1877-1879, a defesa da emigração dos sertanejos não foi uma determinação do governo central, algo que veio de fora e foi imposto à força no Nordeste. Pelo contrário: foi adotada enfaticamente pela elite regional como instrumento de contenção social. E que poderia servir, em caso de necessidade, como uma punição aplicada aos indóceis, aos contestadores da ordem coronelista: “Satisfazendo, assim, a mais urgente necessidade daquelas regiões e prestaria o governo um relevante serviço à nossa população, e quiçá à ordem pública.”³⁰

A 16 de julho de 1934, foi promulgada a segunda Constituição do período republicano. O artigo 121, parágrafo sexto, restringiu a imigração: “Sofrerá restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém,

29 *Anais da Assembleia Nacional Constituinte* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1935), vol. II, pp. 390-391.

30 *O Cearense*, 18 de março de 1877. O texto faz parte de uma carta enviada de Sobral para a redação do jornal, em Fortaleza.

a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de 2% sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.” Também vedava, no parágrafo sétimo, “a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena”.

De 1848 a 1932, a Europa forneceu para o continente americano cerca de 52 milhões de emigrantes – somente no quinquênio 1906-1910 a média anual alcançou 1.415.000. Porém, desde então, ocorreu uma sensível queda, tanto que entre 1933-1937 o número de emigrantes transatlânticos caiu para apenas 100 mil pessoas. Esse fato deve ser atribuído principalmente às medidas “adotadas pelos Estados totalitários a fim de impedir o escoamento da sua substância viva, até mesmo pela Itália, onde a fecundidade ainda se mantinha elevada. Já não havia mais migrações internacionais, exceto a de refugiados políticos”.³¹

O reflexo no Brasil foi drástico. Em 1930, entraram pouco mais de 30 mil estrangeiros, nos dois anos seguintes o número caiu para cerca da metade. Já em 1933, saltou para 33 mil, caindo no ano seguinte para 30 mil e em 1935 para 21 mil. Em 1936, diminuiu ainda mais: 14 mil; e em 1937 chegou a 12 mil.³²

*

Em São Paulo, a expansão econômica foi acentuada no decênio dos 1930, apesar dos efeitos da crise de 1929, que atingiu em cheio

31 Max Sorre, *op. cit.*, p. 271.

32 Ver Vicente Unzer Almeida e Octávio Teixeira Mendes Sobrinho, *Migração rural-urbana* (São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1951), p. 79.

a produção de café, tanto que a participação brasileira no mercado mundial caiu 10% em relação ao decênio anterior – enquanto cresceu a da Colômbia, rival brasileira no mercado internacional, em razão do baixo custo de produção e da recusa de restringir o plantio.

No campo paulista houve um significativo crescimento da produção de algodão e açúcar.³³ No caso do algodão, a produção estadual era de 3.934 toneladas no ano de 1930; isso quando, em 1931, em três estados nordestinos (Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) era de 52 mil toneladas, ou seja, treze vezes superior. Dez anos depois, a produção paulista tinha saltado para 307 mil toneladas, e a dos três estados juntos era de 91 mil toneladas, ou seja, tinha crescido 75%, e a paulista tinha dado um salto de quase 78 vezes.³⁴

Na capital, incluindo a região do ABC, a indústria e o setor terciário da economia tiveram crescimentos acentuados. No caso do ABC, “o surto industrial é posterior a 1930, tendo se iniciado o movimento na década de 1920-1930, quando surge a tecelagem Matarazzo e a cerâmica São Caetano”. Em 1924, havia na região 121 fábricas, em 1938 já eram 178, e em 1950 o número saltou para 413.³⁵

O crescimento econômico fez com que aumentasse a demanda por mão de obra. Contudo, como havia o limite constitucional, além da lei dos dois terços, isso levou ao incentivo para a vinda de

33 Ver Verena Stolcke, *Cafeicultura* (São Paulo, Brasiliense, 1986), pp. 102-104.

34 Amélia Cohn, *Crise regional e planejamento* (São Paulo, Perspectiva, 1976), pp. 26-27. E o aprofundamento da desigualdade entre o Nordeste e São Paulo no campo da cultura canavieira só iria aumentar: “De 1946 a 1961, enquanto duplicava a produção nordestina de açúcar, São Paulo iria decuplicar sua produção.” Ver Antonio de Barros Castro, *Sete ensaios sobre a economia brasileira* (Rio de Janeiro/São Paulo, Forense, 1969), vol. I, p. 152.

35 Pedro Pinchas Geiger, *Evolução da rede urbana brasileira* (Rio de Janeiro, CBPE/Inep, 1963), p. 214.

migrantes, mineiros e nordestinos, em sua ampla maioria. Daí que, como escreveu Mário Neme, de “1932 para cá o total de nacionais entrados em São Paulo passou de 18.345 – sempre crescendo – a 100.139. Basta dizer que de 716.813 nacionais entrados durante mais de um século (1827 a 1939), mais da metade, 416.970, aparece de 1932 a 1939”.³⁶

O predomínio de trabalhadores nacionais, entre os recém-chegados, incluindo os estrangeiros, se acentuou de tal forma que, no primeiro semestre de 1937, entre os 42.203 entrados no estado, 36.457 eram brasileiros. Para efeito de comparação, basta lembrar que, no mesmo período, entraram no estado somente 507 italianos – a corrente imigratória mais importante desde o último quartel do século XIX até o início da década de 1930 do século XX. Em 1935-1936 os imigrantes europeus nem sequer atingiram a cota estabelecida pelo Departamento Nacional do Povoamento. De 1930 a 1937 a imigração predominante foi de japoneses, que desbancaram os italianos: o ápice foi em 1933, com 24.151 pessoas. Mas as dificuldades colocadas pelo governo e a proximidade do início da guerra fizeram com que em 1938 chegassem 2.740 japoneses, e no ano seguinte somente 1.631.³⁷

Dos brasileiros, a maior parte eram homens, ao menos aqueles que ingressaram pelo porto de Santos. A chegada dos migrantes a São Paulo não contava com pleno apoio dos estudiosos. Henrique Dória de Vasconcellos, por exemplo, acreditava que o deslocamento da população “prejudicará a economia dos mesmos e redundará

36 Mário Neme, “Estatística de imigração e outras estatísticas”, em *Boletim do Serviço de Imigração e Colonização*, n. 4, p. 179, dezembro de 1941.

37 Ver *Boletim do Departamento de Imigração e Colonização*, n. 2, p. 104, outubro de 1940.

em prejuízo para o próprio estado de São Paulo, cuja indústria tem interesse no aumento das riquezas das outras regiões do país, qFue absorvem o excesso dos seus artigos manufaturados. O resultado geral é, portanto, prejudicial aos interesses do país”.³⁸ A crítica, nesse momento, não era mais em relação ao suposto atraso cultural dos migrantes, especialmente dos nordestinos, que representavam a maioria daqueles que chegavam a São Paulo, mas à intensificação da migração que poderia conduzir à queda da produção agrícola, além da perda de mercado para a indústria nas regiões mais atrasadas.

O processo em desenvolvimento, porém, era muito distinto: havia amplo estoque de força de trabalho ocioso no campo, muito mais do que um exército de reserva, e sem qualquer perspectiva, a curto prazo, de inserção no mercado formal. Dessa forma, o deslocamento para a região economicamente mais desenvolvida, São Paulo, impulsionaria o desenvolvimento capitalista, em vez de criar um obstáculo para seu crescimento, ampliando o mercado urbano de consumo, sem atingir a demanda de força de trabalho no Nordeste. Pelo contrário, a migração distensionou a região, criando uma válvula de escape social, isso num momento ainda marcado pelo banditismo rural – um caso clássico é o de Lampião.³⁹

38 Henrique Dória de Vasconcellos, “O problema da imigração”, em *Boletim da Directoria de Terras, Colonização e Imigração*, São Paulo, n. 1, p. 14, outubro de 1937. Para os outros dados, ver o mesmo boletim, pp. 13, 15, 36 e 38.

39 De acordo com Billy Jaynes Chandler, o “sertão não oferecia aos rapazes senão o trabalho no campo, com uma pá e uma enxada, tal como acontecera com seus pais. A onda de migração dos sertões para cidades como Rio e São Paulo ainda não começara naquele tempo. Portanto, a falta de alternativas talvez tenha sido um fator influente na escolha da vida do cangaço” (*Lampião: O rei dos cangaceiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 241).

A chegada dos nordestinos serviu também para “abrasileirar” São Paulo, alterando profundamente a origem étnica da população. Isso num estado onde, desde a segunda metade do século XIX, tinha se concentrado a imigração. Basta recordar que, em 1950, na capital, havia mais estrangeiros que brasileiros naturais de outros estados – recordando que a migração tinha superado a imigração havia mais de vinte anos.

Também acabou servindo para diversificar a população e seus eleitores, rompendo vínculos construídos ao longo dos decênios e enfraquecendo as lideranças tradicionais do velho Partido Republicano Paulista. É associada à elaboração da legislação trabalhista e sua vinculação com a figura de Getúlio Vargas, levando à formação de um sólido núcleo de apoio ao presidente-ditador, como nas eleições de 1945 e 1950, quando obteve consagradoras votações no estado, particularmente na capital paulista, elegendo-se deputado federal, senador e presidente da República.

A entrada de migrantes continuou crescendo. De nada valeram medidas como a do governo baiano, que criou um imposto sobre as passagens de terceira classe vendidas para viagens interestaduais. A migração era uma tendência e não seria interrompida por medidas legais. Vinha desde 1928, quando, pela primeira vez, a chegada de brasileiros ao estado de São Paulo foi superior à de estrangeiros. Naquele ano, foram 55.431 brasileiros contra 46.847 estrangeiros. De 1928 até 1933 retomou o predomínio da entrada dos estrangeiros, mas a partir de 1934 os trabalhadores nacionais voltaram à liderança, que não mais perderiam, mesmo com o fim do subsídio pago pelo governo estadual.

Basta registrar que, em 1939, ano inicial da Segunda Guerra Mundial, chegaram a São Paulo 100.139 brasileiros, dos quais 66.492

provenientes da Bahia, contra somente 12.207 estrangeiros. A seca daquele ano, que atingiu duramente a Bahia, a melhoria das vias de transporte, a queda na entrada de imigrantes e, especialmente, a procura por força de trabalho em São Paulo explicam esse enorme crescimento migratório. O predomínio dos baianos era evidente. De 1936 a 1939 entraram no estado 247.966 migrantes, dos quais 120.623 eram baianos, cerca de 50%. Logo depois vinha Minas Gerais, com 56.034, seguido de Alagoas e Pernambuco, com 23.378 e 20.444, respectivamente.⁴⁰

Nos últimos 11 anos (1928-1939), nem sempre as secas estiveram relacionadas com a intensificação da migração. Em 1930, chegaram ao estado apenas 8.720 migrantes, isso quando em 1928 tinham alcançado a cifra de 55 mil, e em 1929 pouco mais de 50 mil. Evidentemente que a Crise de 1929 e seus trágicos efeitos na economia cafeeira paulista explicam essa queda. Mesmo com a seca de 1932-1933 a migração ainda foi baixa (18.345 e 30.330, respectivamente), apesar de ter aumentado sensivelmente em 1933. Daí para diante o número sempre cresceu.⁴¹

A adoção, por parte do governo estadual, de um sistema de contrato com companhias particulares para a introdução de trabalhadores nacionais – quando da gestão de Armando de Salles Oliveira – teve,

40 Ver Humberto Dantas, “Movimentos de migrações internas em direção ao planalto paulista”, em *Boletim do Serviço de Imigração e Colonização*, n. 3, pp. 78-79, março de 1941. O mesmo autor informa que alguns municípios baianos teriam apresentado índices de migração entre 23 e 64%, como Caculé, Guanambi e Urandi, entre outros. Certamente os dados estão superestimados. É que a pergunta feita ao migrante, inquirindo-o de onde tinha vindo, geralmente era respondida indicando a cidade-polo da região e não necessariamente o município onde vivia.

41 Ver *Boletim do Departamento de Imigração e Colonização*, n. 2, pp. 59, 60, 83 e 103-105, outubro de 1940.

principalmente, o objetivo de alocar mão de obra à expansão agrícola da Alta Paulista e Alta Araraquarense. Em 1935, do total de 52.747 migrantes, 19.784 o foram por iniciativa estatal. Para efeito de comparação, basta ver que, dos trabalhadores estrangeiros entrados no estado no mesmo ano, um total de 19.846, somente 429 tiveram apoio governamental, os outros 19.417 estão entre os considerados espontâneos.⁴²

Em 1939, foi criada a Inspetoria de Trabalhadores Migrantes (ITM). Funcionários foram designados para os terminais ferroviários de Montes Claros e Pirapora, de onde selecionavam os migrantes e os encaminhavam para São Paulo. A participação direta do governo estadual foi determinante para o aumento significativo da migração de trabalhadores nacionais, especialmente nordestinos e mineiros da região do Polígono das Secas.⁴³

A premente necessidade de força de trabalho relegou a segundo plano as considerações negativas – e preconceituosas – acerca do migrante nordestino. Mesmo assim, no campo político, o tema acabou sendo muito explorado, especialmente devido aos acontecimentos relacionados à Revolução de 1932 – e dessa vez no próprio Nordeste. A imprensa local aproveitou o conflito para especular que uma possível derrota do governo central interromperia a ajuda econômica à região, isso em plena seca: “500 mil famintos invadiriam as nossas vilas e cidades, no delírio da fome. Que seria do comércio? Que seria dos barcos? Que seria das propriedades? E deles próprios? 500 mil desamparados pelo ódio regional?”⁴⁴

42 Ver *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, 9 de junho de 1936, p. 23.

43 A primeira definição dos limites do Polígono das Secas ocorreu por meio da lei n. 175, de 5 de janeiro de 1936.

44 *O Povo*, 24 de agosto de 1932.

Durante todo o ano de 1932 chegaram à capital pela via ferroviária, vindos de Pirapora, Minas Gerais, cidade às margens do rio São Francisco, 4.433 nordestinos – e nos dois primeiros meses de 1933 entraram quase que em mesmo número que o total do ano anterior: 4.295. Nesses dois momentos houve um predomínio de baianos, de 80 a 90% do total, de homens (62%) e de analfabetos (67%).⁴⁵

Setores minoritários da elite política paulista insistiam em desqualificar e acentuar as “diferenças” entre São Paulo e o resto do Brasil, especialmente o Nordeste. De acordo com Alfredo Ellis Júnior, nada nos unia: nem a raça, nem os costumes, nem a economia: “As diferenças raciais, entre nós, ainda são tão nítidas, tão transparentes, que não pode haver quem de boa fé se possa enganar.” Continua o autor: “São Paulo, por exemplo, tem, como Santa Catarina, 85% de brancos puros. A Bahia só tem 33%.” Por isso, no sul, “o índice craneano desses brasileiros se eleva um pouco mais, e as proporções somáticas tendem ainda a se diversificar na mesma relação”. Enquanto que o “amongoilamento do tipo nordestino já é clássico e por demais conhecido, para que honestamente possa ser contestado. Se às vezes esse amongoilamento desaparece, deixa entretanto a platicefalia, vestígio do amerindiano”.

Já o retrato do italiano, para Ellis Júnior, era muito distinto: “Ainda que toda tradição histórica de suas famílias seja italiana, esses filhos de italianos não possuem mentalidade de italianos. Adaptaram-se de tal forma ao ambiente em que vivem que essa gente hoje tem mentalidade idêntica à dos paulistas. São, sob esse aspecto, tão paulistas quanto os descendentes dos companheiros de Martim Afonso.” E concluiu: “Preferem admirar toda a rudeza selvática de um João Ramalho, ou a bravura agreste de um Borba

45 Ver *O Estado de S. Paulo*, 16 de fevereiro de 1932 e 26 de fevereiro de 1933.

Gato, ou a poesia que envolve as lendas de Pedro Taques, ou ainda a firmeza rígida de um Feijó, do que toda a habilidade mágica de um Rafael, toda a ferocidade mórbida de um César Bórgia, ou a previsão de um Cavour, o cavalheirismo épico de um Garibaldi, ou a arte sublime de um Verdi.⁴⁶

O Brasil ainda estava marcado pelo regionalismo. E os estereótipos eram explorados politicamente pelas elites locais. Basta observar este poema popular, de 1932, de viés antipaulista:

O povo daquele Estado
É inimigo do Norte
Eles não ligam importância
A nossa boa ou má sorte,
Por isso é que nós devemos
Mover-lhe guerra de morte.

Os paulistas chamam o Norte
Atraso do seu Estado,
Lhe chamam carro de boi
Que por eles é arrastado
Entendem que o Nordeste
Deve ser abandonado.

Para eles o nordestino
É preguiçoso, é ruim,
Entendem que o Nordeste
Merecia levar fim,

46 Alfredo Ellis Júnior, *Confederação ou separação* (São Paulo, Liga Confederacionista, 1934), pp. 27-28, 37, 46 e 47.

Agora eles vão saber
Que a coisa não é assim.⁴⁷

*

Na década de 1940, chegaram ao estado pouco mais de 430 mil pessoas; dessas, 396 mil por via terrestre. Dos que entraram pelo porto de Santos, 32 mil eram migrantes, e apenas 2.854 embarcaram em portos estrangeiros. A Segunda Guerra Mundial teve influência direta nesses números: em 1942, foram 334; em 1943, apenas 45; no ano seguinte, 76; e em 1945, último ano da guerra, ingressaram no estado por via portuária somente 473 estrangeiros.⁴⁸

Dos 396 mil que chegaram por via terrestre, a maioria era nordestina, com a ampla predominância dos baianos – quase 149 mil –, ficando em segundo lugar os pernambucanos, com 33 mil, seguidos de muito perto pelos alagoanos, que alcançaram o incrível número de 32 mil, isso num estado pequeno e com população sensivelmente inferior à de Pernambuco ou da Bahia. Vale destacar que, no início dos anos 1930, São Paulo estava em quinto lugar entre os destinos preferidos pelos migrantes baianos. Isso começou a mudar a partir de 1936, e desde então o estado passou a liderar a lista.⁴⁹

Os migrantes mineiros alcançaram o segundo lugar, com 118 mil pessoas, 48% das quais oriundas das regiões norte e noroeste do estado marcadas pela seca. Do total geral de migrantes, dois terços

47 Thadeu de Serpa Martins, *O levante de São Paulo* (Belém, Guajarina, 1932), p. 9, *apud* Mark Curran, *História do Brasil em cordel* (São Paulo, Edusp, 2001), pp. 114-115.

48 Vicente Unzer Almeida e Octávio Teixeira Mendes Sobrinho, *op. cit.*, p. 79.

49 *Conjuntura Econômica*, n. 6, p. 41, junho de 1952.

eram componentes de famílias (268.044) e 307 mil tinham mais de 12 anos. Os homens eram claramente predominantes (284 mil), e o número de solteiros (267 mil) pouco mais do que o dobro em relação ao de casados.⁵⁰ Se compararmos esses números com os dos imigrantes entrados pelo porto de Santos, entre 1908 e 1936, temos porcentagens muito parecidas. Portugueses, espanhóis, italianos, japoneses, alemães e turcos, sempre os de sexo masculino, representaram mais de 60% das entradas. Entre os espanhóis, 72% eram analfabetos, entre os portugueses eram 57%, 40% entre os italianos e 61% entre os turcos. O nível de escolaridade era baixo tanto entre os migrantes como entre os imigrantes – e o predomínio dos homens era evidente nos dois tipos de trabalhadores.⁵¹

O crescimento da migração esteve também vinculado ao sucesso econômico paulista e à decadência do setor primário nordestino, que reforçava os fatores para a expulsão de mão de obra. Na agricultura, a produção de São Paulo, em 1939, representava 25% da produção nacional. Em 1950, havia saltado para 34%. Já o setor industrial estadual participava, em 1939, com 39% da produção nacional; em 1950 esse número tinha saltado para 49%.⁵² Foi o dinamismo econômico que possibilitou absorver os milhares de migrantes e, ao mesmo tempo, estimular a chegada de mais nordestinos. Por outro lado, a agricultura nordestina mantinha-se com técnicas atrasadas. A produtividade era muito baixa. Basta observar os dados do Censo de 1940. Em todo o Nordeste havia 8.429 arados, enquanto São Paulo

50 Os dados dos dois últimos parágrafos foram extraídos do *Boletim do Departamento de Imigração e Colonização*, n. 5, pp. 31-48, dezembro de 1950.

51 *Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração*, ano 1, n. 1, pp. 64 e 69, outubro de 1937.

52 *Conjuntura Econômica*, ano VIII, n. 7, p. 72, julho de 1964.

contava com 168 mil; o número de semeadeiras em São Paulo chegava a 60 mil, e no Nordeste não passavam de 2.110; já em relação aos tratores, São Paulo tinha seis vezes mais que todo o Nordeste.⁵³

De símbolo do atraso nacional, o sertanejo nordestino retornou ao primeiro plano da cena política, agora como solução para o problema de mão de obra nas áreas mais dinâmicas da economia nacional: Rio de Janeiro, Paraná e, especialmente, São Paulo. A célebre passagem de *Os sertões*, de Euclides da Cunha, voltou a fazer parte do linguajar cotidiano da política brasileira: o sertanejo era novamente um forte.

53 José Francisco Camargo, *Êxodo rural no Brasil* (Rio de Janeiro, Conquista, 1960), pp. 72-73.